

HABEAS CORPUS Nº 501.673 - SP (2019/0090966-5)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : RAFAEL AUGUSTO MENDES DE LIMA
ADVOGADO : RAFAEL AUGUSTO MENDES DE LIMA - SP371003
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : PAULO ROBERTO DE MEDEIROS CARNEIRO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de PAULO ROBERTO DE MEDEIROS CARNEIRO, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - HC n. 2040737-50.2019.8.26.0000.

Noticiam os autos que o paciente foi preso em flagrante no dia 19.02.2019, por ter, supostamente, cometido os delitos previstos nos arts. 304 c.c 297 ambos do Código Penal, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

Aduz o impetrante, em breve síntese, a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar do paciente, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Realça as condições pessoais favoráveis do paciente, que seria primário, com ocupação lícita e residência fixa, predcados que lhe garantiriam o direito de responder à ação penal em liberdade.

Sustenta que, caso condenado, faria jus ao regime inicial menos gravoso, razão pela qual a prisão preventiva do acusado seria mais severa que os efeitos de sua eventual condenação.

Argumenta, por fim, a excepcionalidade da medida extrema, enfatizando que o acusado faria jus a substituição da preventiva por medidas cautelares descritas no art. 319 do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, fixando, caso entenda necessário, medidas cautelares menos gravosas (art. 319 do CPP).

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do habeas corpus para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**. Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita.

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem consignou que (e-STJ fls. 121-124):

[...]

Ao contrário do alegado pelos ilustres impetrantes, nota-se que a decisão que converteu o flagrante em prisão preventiva foi suficientemente fundamentada.

Explanou a douta magistrada haver prova da materialidade delitiva e dolo na conduta do paciente. Fez uma retrospectiva dos fatos como ocorridos, possibilitando assim inferir, ao menos em princípio, situação de flagrância e indícios suficientes de autoria. Verificou estarem presentes os requisitos e pressupostos autorizadores da custódia cautelar, sendo temerária, em razão da garantia da instrução processual e da aplicação da lei penal, a concessão de liberdade provisória. Frisou, ainda, haver indícios de que o paciente, por meio de uso do mesmo documento falsificado, aberto outra conta no Banco do Brasil, para, ao que tudo indicava, auferir vantagens indevidas, o que revelava a elevada gravidade dos fatos, sendo necessária a manutenção da prisão cautelar, para apuração de outros delitos, com identificação de vítimas e, inclusive, de eventual crime de lavagem de dinheiro, até mesmo pelo fato de o paciente ter declarado auferir renda mensal de R\$ 3.500,00. Apontou, também, que o próprio paciente relatou já ter respondido a dois processos criminais no Estado da Bahia pelos crimes de estelionato, receptação e falsidade ideológica, sem notícia a respeito do cumprimento das penas correspondentes, sendo que tais circunstâncias reforçavam a necessidade da segregação cautelar (fls.39/42).

Importante frisar, que não se exige fundamentação vasta para decisões desta natureza, bastando que, sucintamente, o magistrado esclareça a conveniência de sua manutenção.

Com efeito, se constata presentes os requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, e, por esta mesma razão, descabida a concessão de qualquer outra medida cautelar, que não o cárcere.

Diante de tal quadro, a reação estatal deve ser proporcional à gravidade dos fatos. E a resposta estatal, no presente caso, não pode ser outra senão a manutenção da prisão cautelar para a garantia da ordem pública e aplicação da lei penal.

[...]

Descabida, ainda, a alegação de, em caso de eventual futura condenação, dada a primariedade do paciente, será possível a fixação de regime inicial mais brando, pois tal assertiva é mais do que temerária, é mero e perigoso exercício de adivinhação. Absolutamente impertinente, portanto, tal discussão no presente momento processual e, principalmente, nesta via.

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela

requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator

